

Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998*

Marcelo Medeiros**
Rafael G. Osório***

O artigo analisa, sob uma perspectiva demográfica, como características dos arranjos domiciliares no Brasil variaram no período entre 1978 e 1998. Destaca dois tipos principais de mudanças, as referentes à composição do núcleo e da periferia dos arranjos, e as que dizem respeito a seu tamanho, avaliando o papel de variações na fecundidade e nos padrões de união conjugal da população nessas mudanças. Conclui que os arranjos se estão tornando mais heterogêneos quanto à composição de seus núcleos, mais homogêneos quanto ao tamanho e composição de suas periferias, e que os fatores relacionados à mudança na estrutura etária da população são as principais causas da redução no tamanho médio dos arranjos domiciliares.

Estudar as modificações ocorridas na composição dos arranjos domiciliares é importante por várias razões. Os estudos de Attewell (1999), Couch *et al.* (1999), Bruschini & Lombardi (1996), Rios-Neto (1996), Jan & Gahler (1997), Connelly *et al.* (1996) e Lopez & Gottschalk (1990), por exemplo, mostram que a composição dos arranjos domiciliares tem um papel importante na determinação das transferências de tempo e de dinheiro entre os moradores (cuidados com as crianças e idosos, tarefas domésticas, recursos para consumo e poupança etc.), em sua participação no mercado de trabalho ou em seu desempenho escolar. Os grupos de moradores dos domicílios são predominantemente familiares e a idéia de família nos países da América Latina, assim como em muitos outros, está fortemente relacionada

a algumas de suas atribuições, como as religiosas, legais, econômicas, de exercício do ócio, de socialização e proteção, cuja execução é afetada por mudanças na composição familiar (Arriagada, 1998). Portanto, conhecimentos acerca de mudanças nessa composição são importantes para se realizar inferências sobre diversos aspectos da vida dos indivíduos.

O objetivo deste artigo é mostrar, sob uma perspectiva demográfica, como a composição dos arranjos domiciliares no Brasil variou no período entre 1978 e 1998. O período é importante porque nele ocorreram algumas transformações relacionadas a determinantes da composição dos arranjos, como a queda da fecundidade, a legalização dos divórcios e mudanças em alguns valores da sociedade referentes à vida familiar. A discussão empreendida limita-se à

* O artigo é um dos resultados da pesquisa Mudanças nos Padrões de Família e suas Implicações para as Políticas Sociais, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

** Pesquisador do IPEA.

*** Consultor do IPEA.

composição dos arranjos domiciliares, e por isso algumas características organizacionais, como a divisão de trabalho ou recursos entre seus membros, são tratadas apenas marginalmente.

O estudo baseia-se em informações provenientes das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) disponíveis entre 1978 e 1998, o que permite abordar, praticamente ano a ano, um período de duas décadas, horizonte de tempo importante no caso de estruturas familiares, nas quais mudanças costumam ocorrer de forma lenta. Ao fornecer séries anuais referentes ao comportamento de diferentes tipos de arranjo domiciliar no tempo, o estudo complementa e atualiza trabalhos que, baseados em informações censitárias, enfocam períodos anteriores. A maior parte dos resultados obtidos corrobora estudo semelhante feito por Costa *et al.* (1987) para o período 1978-1984, ainda que o objeto de Costa e colaboradores seja muito mais a diferenciação da composição dos arranjos domiciliares entre as zonas rural e urbana e entre as sete regiões da PNAD de 1978 do que seu comportamento agregado no Brasil.

Dois tipos de mudança nos arranjos domiciliares são abordados: as referentes à composição do núcleo e da periferia e as que dizem respeito a seu tamanho. Mostra-se que, no período analisado, aumenta a heterogeneidade dos tipos de núcleo nos arranjos brasileiros, com redução da proporção dos arranjos de núcleo composto (casal) e aumento, principalmente, dos arranjos de núcleo simples constituído por uma mulher. Ao mesmo tempo, os arranjos tornam-se mais semelhantes quanto ao tamanho e constituição de suas periferias. Reduz-se não só a quantidade média de pessoas na situação de Filho (que inclui enteados e filhos adotivos) e Outro Parente em todos os tipos de arranjo, mas também a variação dos tamanhos de periferia em um mesmo tipo. Para ajudar a compreender as causas dessas mudanças, dois determinantes de natureza demográfica são discutidos: as modificações ocorridas nas taxas de união e aquelas ocorridas nas taxas de fecundidade. Os dois tiveram

efeitos antagônicos sobre o tamanho dos arranjos, mas o resultado das mudanças na fecundidade foi mais do que suficiente para compensar as alterações nas taxas de união.

Definições

O termo “família” refere-se a distintos conceitos, que variam em complexidade e objetivos. No Brasil, em estudos jurídicos e nos de caráter antropológico, sejam eles referentes a grupos urbanos ou não, famílias costumam ser entendidas como grupos de parentes (incluindo as filiações não biológicas e alianças conjugais) que se relacionam com alguma regularidade e intensidade e, portanto, não são limitados pelas fronteiras do domicílio. Todavia, uma parte da literatura sociológica brasileira recente aborda temas como socialização primária e reprodução de papéis de gênero, por exemplo, concentrando-se no grupo de parentes que ocupa uma mesma habitação. Analogamente, na Economia, os estudos sobre consumo, reprodução da força de trabalho e distribuição da renda, assim como as pesquisas sobre comportamento reprodutivo e organização familiar na Demografia, tendem a privilegiar a idéia de família como um grupo doméstico (Bruschini, 1989; Salem, 1985).

Os estudos sobre família de grande cobertura populacional, quase que invariavelmente, limitam-se às famílias domésticas brasileiras. Nos Censos Demográficos e nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, o grupo de pessoas que reside em uma determinada habitação é chamado de “domicílio” e os núcleos familiares, de “famílias”. A identificação dos núcleos familiares pelo IBGE permite a coleta de uma série de informações importantes que não se encontram disponíveis em levantamentos de outros países do mundo, onde “famílias” referem-se a arranjos domiciliares (*household arrangements*) (ECLAC, 1995).

A diversidade na nomenclatura utilizada pode gerar alguma confusão,

especialmente quando sistemas classificatórios são combinados. Uma categoria clássica neste tipo de estudo, a família estendida (núcleo familiar e outros parentes) pode ser constituída por mais de uma família (núcleo familiar) identificada pelo IBGE, resultando na situação ambígua de uma “família” composta por várias “famílias” quando as duas classificações são usadas ao mesmo tempo. Evidentemente, um sistema classificatório justifica-se por seus objetivos, não sendo possível, portanto, julgar apenas com base na tradição de estudos anteriores se a “família” correta é ou não a identificada pelo IBGE. De qualquer forma, discussões detalhadas sobre aspectos conceituais e suas conseqüências no Censo Demográfico de 1960 podem ser encontradas em Lopes (1976); nos Censos de 1970 e 1980, em Goldani (1984b); no suplemento de nupcialidade da PNAD 1984, em Lazo (1988), e nas PNADs das décadas de 1970, 1980 e 1990, em Medeiros & Osório (2001).

Este artigo, embora limite-se à análise das unidades domiciliares, segue a terminologia comum aos estudos jurídicos e à Antropologia, definindo *famílias* como instituições com várias características, dentre elas laços de parentesco e normas de convivência que determinam direitos e obrigações de várias espécies a seus membros. Como o parentesco não é sinônimo de vínculo biológico e a convivência pode variar em intensidade, as famílias apresentam uma razoável diversidade em termos de composição e organização. A depender da forma como são estabelecidas na sociedade, as normas de convivência podem manter fortemente relacionados parentes distantes, ou, ainda, limitar o relacionamento mais intenso aos parentes próximos. Essas relações expressam, entre outras coisas, uma divisão de trabalho e recursos entre os familiares.

Os membros de uma família nem sempre coabitam e, portanto, sua vinculação não está limitada pela fronteira do

domicílio. Muitas vezes, apesar da separação espacial, eles continuam mantendo uma convivência bastante intensa, e a distribuição de trabalho e recursos entre familiares que vivem separadamente é bastante importante na organização de suas vidas. As PNADs, por exemplo, trazem informações sobre fluxos de renda provenientes de doações que vêm, em parte, de familiares residindo em outros domicílios. Na sociedade brasileira, no entanto, a coabitação tem um forte papel na integração dos familiares. Regra geral, a distribuição de direitos e obrigações entre os membros de uma família é mais intensa entre aqueles que vivem em um mesmo domicílio.

O conceito de *domicílio* aqui utilizado corresponde ao do IBGE em suas pesquisas, em particular o das PNADs (IBGE, 1981, 1988 e 1998). Este estudo analisa apenas os domicílios considerados *particulares* pelo IBGE (excluindo, portanto, quartéis, hospitais, asilos, presídios etc.), os quais representam, praticamente, todos os domicílios do país.

Um *arranjo domiciliar* é formado por uma pessoa vivendo só ou por um grupo de pessoas que residem em um domicílio particular. Geralmente, esse grupo é constituído por familiares, mas há casos de grupos formados unicamente por pessoas que não reconhecem laços de parentesco entre si, como, por exemplo, as repúblicas de estudantes. Esses casos, no entanto, ocorrem com frequência muito baixa a partir da década de 1990. Na terminologia das PNADs, tanto esse grupo de pessoas quanto a estrutura física da residência são denominados “domicílio”. Termos comuns na literatura que teriam significado bastante próximo ao de arranjo domiciliar seriam “família doméstica” ou “grupo doméstico”.

Todo arranjo domiciliar possui um *Chefe*,¹ identificado pelo morador entrevistado no momento da pesquisa. A partir dessa pessoa se definem as posições dos demais moradores (posição em relação ao Chefe). Ainda que o conceito

¹ Neste artigo, utilizaremos os termos grafados com a inicial em maiúscula sempre que estivermos nos referindo às posições de classificação das pessoas nos arranjos domiciliares.

de “chefia” possa ser controverso e a construção de microlinhagens a partir da pessoa do chefe dependa de uma decisão dos respondentes, a posição em relação ao Chefe é uma informação utilizada com frequência em estudos de composição de arranjos domiciliares no Brasil. No caso de haver mais de um membro no arranjo domiciliar, este pode ocupar uma das diversas categorias de *Parentes (Cônjuge, Filhos, Outros Parentes)* ou de *Não Parentes (Agregados, Pensionistas, Empregados Domésticos e Parentes dos Empregados Domésticos)*. As definições correspondentes são as mesmas utilizadas nas PNADs (IBGE, 1981, 1988 e 1998). Todavia, como as categorias de relação com o Chefe utilizadas nas PNADs não são as mesmas em todas as décadas, foi necessário o agrupamento de algumas categorias de acordo com o quadro de equivalências apresentado no Apêndice I.

Considerou-se que o Chefe e seu eventual Cônjuge constituem o *núcleo do arranjo domiciliar*. Os membros nas demais posições constituem a *periferia do arranjo domiciliar*. Os termos “núcleo” e “periferia” devem ser entendidos mais como instrumentos de classificação do que como uma indicação da composição das hierarquias nos arranjos. O termo periferia, como aqui definido, não possui conteúdo valorativo algum. A periferia é composta pelos membros cuja entrada e saída no arranjo domiciliar não acarreta sua dissolução ou a formação de um novo arranjo, mas apenas transformações em sua composição. A noção de periferia pode ser entendida, por exemplo, a partir da idéia de ciclo vital das famílias nucleares – embora não se limite a ela –, que se inicia com a formação de um núcleo (em geral, um casal) e é sucedida por fases de expansão e contração nas quais novos membros (que aqui seriam a periferia) entram e saem dos arranjos familiares sem que estes sejam desfeitos.

A estrutura núcleo-periferia que neste estudo caracteriza um arranjo domiciliar baseia-se na situação conjugal dos componentes do núcleo e, assim sendo, independe de sua situação marital. Todavia,

Goldani & Wong (1980) e De Vos (1999) ressaltam que, em boa parte dos países da América Latina, as pesquisas condicionaram o reconhecimento de um núcleo à sua situação marital, tratando da mesma forma os casamentos civis e religiosos, mas discriminando as uniões consensuais em certos momentos do tempo. De fato, as uniões consensuais no Brasil foram parcialmente identificadas no censo de 1940, não foram reconhecidas no censo de 1950, mas passam a ser sistematicamente reconhecidas a partir de 1960, o que garante a compatibilidade dos dados deste estudo com outros dados nacionais obtidos a partir desse ano.

Os arranjos domiciliares foram classificados segundo uma tipologia cujo ponto de partida é o núcleo do arranjo domiciliar. Este pode ser simples ou composto. O núcleo é *composto* quando formado por um casal, ou seja, quando existe um Cônjuge; é *simples* no caso de ser constituído por chefes homens ou mulheres que não possuem Cônjuge. Por razões práticas, arranjos domiciliares unipessoais foram classificados dentro de uma das opções de núcleo simples, ainda que isto esteja sujeito a controvérsias. Essa classificação se subdivide, ainda, de acordo com as características da periferia.

As mudanças na composição dos arranjos domiciliares

As principais mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil entre 1978 e 1998 estão relacionadas ao aumento da heterogeneidade dos núcleos dos arranjos, que ocorre simultaneamente a uma redução da heterogeneidade em suas periferias, tanto entre diferentes tipos de arranjo quanto dentro de um mesmo tipo. Destaca-se, dentre elas, a formação de um novo padrão domiciliar, com o aumento proporcional de arranjos menores e diferentes do modelo clássico de família nuclear encabeçada por um casal.

Mudanças na distribuição das posições de relação com o Chefe

Assim como em inúmeros outros países, os arranjos domiciliares do Brasil

são predominantemente familiares, com a maior parte da população possuindo algum tipo de parentesco com o Chefe. A Tabela 1 apresenta a proporção das pessoas segundo a relação com o Chefe do arranjo domiciliar no período entre 1978 e 1998, e nela é possível observar que, a partir da década de 1980, nenhuma categoria de Não Parentes alcança 1% da população. Em 1998, praticamente toda a população brasileira possuía algum grau de parentesco com o Chefe do arranjo domiciliar, o que faz com que a classificação dos arranjos domiciliares segundo a presença de Não Parentes seja necessária apenas em estudos específicos.

A posição predominante é a de Filho, seguida por Chefe, Cônjuge e Outro Parente. Mudanças nos padrões de reprodução, mortalidade e união estão afetando diretamente a composição dos arranjos domiciliares. As proporções de pessoas na condição de Filho vêm diminuindo, enquanto as demais aumentam.

A discrepância no crescimento das proporções de pessoas nas posições Chefe e Cônjuge indica um afastamento do padrão de arranjos domiciliares constituídos por casais, o que se deve, em parte, ao crescimento dos arranjos unipessoais e ao aumento das dissoluções de união.

Aumento da heterogeneidade entre tipos de arranjo domiciliar

A composição dos arranjos está se tornando mais heterogênea. No período entre 1978 e 1998 houve aumento de cerca de 86% no número absoluto de todos os tipos considerados de arranjo domiciliar, apesar de a população ter crescido pouco menos que 44%. Em todo o período, os tipos predominantes de arranjo são os de núcleo constituído por um casal, seguidos pelos de núcleo formado por uma mulher e, posteriormente, pelos de núcleo constituído por um homem. O crescimento mais acelerado foi o dos arranjos de núcleo simples

TABELA 1
Proporção de pessoas segundo a relação com o Chefe do arranjo domiciliar
Brasil – 1978-1998

	Chefe	Cônjuge	Filho	Outro Parente	Agregado	Pensionista	Empregado	Parente de Empregado	Total
1978	20,5%	16,4%	51,7%	7,8%	1,1%	1,6%	0,9%	0,04%	100,0%
1979	20,2%	16,0%	51,5%	8,1%	0,6%	2,5%	1,0%	0,04%	100,0%
1981	21,8%	17,0%	52,1%	7,6%	0,5%	0,3%	0,6%	0,04%	100,0%
1982	22,3%	17,4%	51,4%	7,5%	0,5%	0,2%	0,6%	0,04%	100,0%
1983	22,6%	17,5%	51,4%	7,3%	0,5%	0,2%	0,6%	0,03%	100,0%
1984	22,8%	17,6%	50,8%	7,5%	0,5%	0,2%	0,6%	0,04%	100,0%
1985	23,1%	17,7%	50,7%	7,3%	0,4%	0,2%	0,6%	0,03%	100,0%
1986	23,0%	17,7%	50,1%	7,8%	0,5%	0,2%	0,6%	0,04%	100,0%
1987	23,3%	17,8%	49,4%	8,2%	0,5%	0,2%	0,6%	0,03%	100,0%
1988	23,6%	17,9%	49,1%	8,2%	0,5%	0,2%	0,5%	0,04%	100,0%
1989	23,9%	18,0%	48,7%	8,2%	0,5%	0,2%	0,5%	0,04%	100,0%
1990	24,2%	18,3%	48,4%	8,0%	0,5%	0,2%	0,5%	0,04%	100,0%
1992	24,8%	18,5%	47,3%	8,4%	0,5%	0,1%	0,4%	0,03%	100,0%
1993	25,0%	18,5%	47,0%	8,5%	0,5%	0,1%	0,4%	0,03%	100,0%
1995	25,6%	18,7%	45,9%	8,8%	0,5%	0,1%	0,4%	0,02%	100,0%
1996	25,8%	18,8%	45,4%	9,1%	0,4%	0,1%	0,4%	0,03%	100,0%
1997	26,1%	18,8%	45,0%	9,2%	0,4%	0,1%	0,3%	0,03%	100,0%
1998	26,5%	19,0%	44,5%	9,2%	0,4%	0,1%	0,3%	0,02%	100,0%

Fonte: IBGE, PNAD, Microdados 1978-1998.

feminino. Entretanto, estes não são os principais responsáveis pelo fato de o aumento da quantidade de arranjos ser proporcionalmente mais elevado que o crescimento da população: algo em torno de 62% da elevação do número absoluto de arranjos se deve ao aumento no número de arranjos formados por um casal, 29%, ao aumento no número de arranjos formados por mulher sem Cônjuge, e 9%, ao crescimento dos arranjos do tipo homem sem Cônjuge.

São apresentadas na Tabela 2 duas abordagens de estatísticas referentes às mudanças ocorridas nos arranjos domiciliares brasileiros. A primeira enfoca a distribuição da população em cada tipo de arranjo. A segunda, a proporção de cada tipo de arranjo no total de arranjos. A discrepância entre esses resultados decorre das diferenças nos tamanhos dos arranjos. Naturalmente, os arranjos em que existem Cônjuge, Filho ou Outro Parente, por serem maiores, tendem a envolver, em relação aos demais, uma maior proporção da população.

A Tabela 2 mostra que as mudanças na composição dos arranjos vêm ocorrendo muito lentamente. Nas três décadas analisadas, a proporção da população em arranjos núcleo-casal é sempre superior a 79% da população, a proporção de pessoas em arranjos núcleo-mulher é inferior a 17%, e a proporção de pessoas em arranjos núcleo-homem é inferior a 4%. As principais mudanças ocorridas entre 1978 e 1998 na distribuição dos diferentes tipos de arranjo consistem na diminuição do peso relativo do modelo de arranjos domiciliares cujo núcleo é um casal, e no aumento do peso dos outros tipos de arranjo, em especial os com núcleos constituídos por mulheres.

Quando se subdivide essa tipologia em função da existência de Filho no arranjo, percebe-se que, em todos os anos, a maior parte das pessoas encontra-se ainda em arranjos do tipo “casal com filhos” (não menos que 72%, na Tabela 2). Entre os

arranjos de núcleo simples feminino a população também se encontra predominantemente nos arranjos com Filho, mas, quando se trata de homens sem Cônjuge no núcleo, as proporções de tipos com Filho e sem Filho são bastante semelhantes. Embora a maior parte das pessoas viva em arranjos de núcleo composto, a fração de pessoas que vivem em arranjos do tipo “mulher com filhos” é superior à de pessoas que estão em arranjos do tipo “casal sem filhos”. O crescimento do tipo “mulher com filhos” revela-se uma das principais causas do aumento da heterogeneidade dos arranjos domiciliares no Brasil. Cabe ressaltar que esse aumento não é acompanhado pelo monoparentalismo masculino. As proporções de pessoas vivendo em arranjos unipessoais² (de homens e mulheres) são aproximadamente as mesmas ao longo do tempo, mas quando a tipologia inclui Filho, a proporção de pessoas vivendo em arranjos com uma mulher no núcleo é pelo menos cinco vezes maior do que a proporção de pessoas vivendo em arranjos com um homem no núcleo.

Se a subdivisão for estendida à existência de Outro Parente, os tipos predominantes de arranjo são os que não possuem Parentes que não Cônjuge e Filho. A presença de Outro Parente é mais comum nos arranjos sem Filho, especialmente nos de núcleo simples, como mostra a Tabela 2. A proporção de pessoas em arranjos com Outro Parente mostra-se bastante estável no tempo. Se somados os valores correspondentes a todos os tipos com Outro Parente, a fração resultante mantém-se em torno de 26%, de 1978 a 1998. A proporção de arranjos, no entanto, apresenta uma ligeira queda, com a soma de todos os tipos com Outro Parente caindo de 22% para 20% no mesmo período. A diferença de tendências nos resultados obtidos para pessoas e arranjos domiciliares deve-se, provavelmente, a mudanças nos tamanhos de todos os tipos de arranjo e é pouco relevante.

² No grupo dos arranjos unipessoais existe a possibilidade de coabitação de Empregado, Parente de Empregado, Agregado ou Pensionista. Essa ocorrência, no entanto, é rara.

TABELA 2
Distribuição das pessoas e dos arranjos domiciliares segundo o tipo de arranjo – Brasil – 1978, 1988 e 1998

	1978		1988		1998	
	Pessoas	Arranjos	Pessoas	Arranjos	Pessoas	Arranjos
Casal	86%	80%	83%	76%	79%	72%
<i>Casal sem Filhos</i>	6%	11%	6%	11%	7%	12%
Casal sem Filhos e sem Outros Parentes	4%	9%	5%	10%	6%	10%
Casal sem Filhos e com Outros Parentes	2%	2%	1%	2%	2%	2%
<i>Casal com Filhos</i>	80%	68%	77%	65%	72%	59%
Casal com Filhos e sem Outros Parentes	62%	55%	61%	54%	57%	50%
Casal com Filhos e com Outros Parentes	19%	13%	16%	11%	15%	10%
Mulher	11%	14%	13%	17%	17%	21%
<i>Mulher sem Filhos</i>	2%	5%	2%	6%	3%	7%
Mulher sem Filhos e sem Outros Parentes	1%	3%	1%	4%	1%	5%
Mulher sem Filhos e com Outros Parentes	1%	2%	1%	2%	2%	2%
<i>Mulher com Filhos</i>	9%	9%	11%	11%	14%	14%
Mulher com Filhos e sem Outros Parentes	5%	7%	6%	8%	7%	9%
Mulher com Filhos e com Outros Parentes	4%	3%	5%	4%	6%	5%
Homem	3%	6%	4%	7%	4%	8%
<i>Homem sem Filhos</i>	2%	5%	2%	5%	2%	6%
Homem sem Filhos e sem Outros Parentes	1%	3%	1%	4%	1%	5%
Homem sem Filhos e com Outros Parentes	1%	1%	1%	1%	1%	1%
<i>Homem com Filhos</i>	1%	1%	2%	2%	2%	2%
Homem com Filhos e sem Outros Parentes	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Homem com Filhos e com Outros Parentes	1%	0%	1%	1%	1%	1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total (N)	110.007.897	22.540.401	141.306.984	33.297.817	158.080.738	41.905.460

Fonte: IBGE, PNAD, Microdados 1978, 1988 e 1998.

Tamanho dos arranjos domiciliares

O tamanho dos arranjos domiciliares vem diminuindo, seguindo uma tendência que antecede a década de 1970 (Goldani, 1984a). A Tabela 3 apresenta a evolução do número médio de membros, Filhos, Outros Parentes e Não Parentes, de diversos tipos de arranjos domiciliares. É possível observar que no período 1978-1998 ocorre uma queda no número médio de membros em todos os tipos de arranjos domiciliares, a qual é especialmente acentuada nos três tipos de arranjos “com filho e sem parente”. Parte dessa queda pode ser associada à diminuição da quantidade de pessoas vivendo como Filho nos arranjos. A posição Filho é a mais freqüente (Tabela 1) e a queda no número médio de

pessoas nesta situação excedeu a do tamanho médio dos arranjos (Tabela 3). Deve-se notar que uma menor proporção de pessoas na posição Filho pode ser resultado não apenas de reduções nas taxas de fecundidade, mas, também, de outras mudanças nos padrões de formação de arranjo domiciliar e ciclo de vida, que levam os filhos a constituir novos arranjos (geralmente nas posições Chefe ou Cônjuge).

As quedas no número médio de pessoas na posição Outro Parente foram as menores ocorridas entre 1978 e 1998. Isso é devido, em parte, a um número já pequeno de Outros Parentes nos arranjos domiciliares na década de 1970. A diminuição mais acentuada foi no número médio de Não Parentes, sendo de pelo

TABELA 3
Número médio de Membros, Filhos, Outros Parentes e Não Parentes, nos arranjos domiciliares em 1998 e variação 1978-1998 – Brasil

Tipo de Arranjo Domiciliar	Membros		Filhos		Outros Parentes		Não-Parentes	
	1998	Var %	1998	Var %	1998	Var %	1998	Var %
Casal sem Filhos e sem Outros Parentes	2,0	-7%	-	-	-	-	0,0	-89%
Casal sem Filhos e com Outros Parentes	3,5	-8%	-	-	1,5	-6%	0,0	-88%
Casal com Filhos e sem Outros Parentes	4,3	-21%	2,3	-31%	-	-	0,0	-87%
Casal com Filhos e com Outros Parentes	6,1	-13%	2,4	-22%	1,6	-5%	0,0	-85%
Mulher sem Filhos e sem Outros Parentes	1,1	-19%	-	-	-	-	0,1	-74%
Mulher sem Filhos e com Outros Parentes	2,8	-8%	-	-	1,7	-1%	0,1	-83%
Mulher com Filhos e sem Outros Parentes	3,1	-22%	2,0	-27%	-	-	0,0	-78%
Mulher com Filhos e com Outros Parentes	5,0	-14%	2,1	-23%	1,9	-1%	0,0	-80%
Homem sem Filhos e sem Outros Parentes	1,1	-17%	-	-	-	-	0,1	-71%
Homem sem Filhos e com Outros Parentes	2,9	-14%	-	-	1,9	-11%	0,1	-84%
Homem com Filhos e sem Outros Parentes	2,9	-25%	1,9	-30%	-	-	0,0	-88%
Homem com Filhos e com Outros Parentes	5,1	-17%	1,9	-31%	2,1	-2%	0,0	-86%

Fonte: IBGE, PNAD, Microdados 1978 e 1998.

menos 71% em todos os tipos de arranjo. Como a proporção de pessoas na condição de Não Parentes é extremamente reduzida na população, essa diminuição tem pouca relevância para a composição dos arranjos, mas pode ser interpretada como um indicador da tendência de os arranjos domiciliares brasileiros serem agrupamentos essencialmente familiares.

Os arranjos constituídos de homens ou mulheres sem Cônjuge, Filho ou Outro Parente estão perdendo outros tipos de agregados (Não Parentes) e convergindo para modelos unipessoais. A tendência de os arranjos com um homem no núcleo distinguirem-se dos arranjos com uma mulher no núcleo pela presença de Parentes ou Não Parentes está diminuindo. Assim, se, por um lado, a heterogeneidade dos arranjos aumenta, descolando-se do padrão casal com filhos, por outro lado, no que diz respeito ao tamanho, a heterogeneidade diminui. Isso indica que a diversidade entre os arranjos domiciliares é um produto da composição do núcleo e não da composição da periferia dos arranjos.

Determinantes do tamanho dos arranjos

A composição dos arranjos domiciliares de uma população pode ser

atribuída à combinação de dois fatores básicos: a estrutura demográfica dessa população e seus padrões de formação de arranjo. A estrutura da população contribui com a definição do estoque de pessoas de diferentes sexos, idades e grupos sociais disponíveis para ocupar as posições de Chefe, Cônjuge, Filho ou outras. Os padrões de formação de arranjo, por sua vez, direcionam as pessoas para as diferentes posições. A quantidade de arranjos não acompanha, necessariamente, o volume da população, por dois motivos: primeiro, há uma separação temporal entre o nascimento de uma nova coorte (que determina a taxa de crescimento da população em um determinado momento) e a formação de núcleos familiares por essa coorte; segundo, porque mudanças nos arranjos domiciliares podem ocorrer de forma independente de variações no estoque de população, como, por exemplo, por união ou separação de casais.

Vários fatores podem afetar o tamanho médio dos arranjos domiciliares (T). Este é definido pela razão entre o número de membros (P_z) e o número de arranjos existentes em uma população (A) [1]. Como o número de membros pode ser dividido entre o grupo das pessoas que ocupam a posição Filho nos arranjos (P_{Filho}) e o grupo dos Não

Filho ($P_{\text{Não Filho}}$, que engloba as pessoas em todas as demais posições), as variações no tamanho dos arranjos (ΔT) podem ser expressas pela equação [2] abaixo, ou seja, como resultado de mudanças nas quantidades de pessoas na posição Filho, Não Filho, ou no total de arranjos. Há dois tipos de tendência de redução no tamanho dos arranjos. O primeiro é dado por modificações em sua composição, como, por exemplo, o aumento do número de arranjos domiciliares por dissolução de arranjos anteriores, ou quando um filho ou filha passam a viver sozinhos. O segundo é dado por alterações no estoque de população, como, por exemplo, as provocadas por uma queda na fecundidade.

$$[1] T = \frac{P_{\text{Filho}} + P_{\text{Não Filho}}}{A}$$

$$[2] \Delta T = \frac{\Delta \sum \text{Filho} + \Delta \sum \text{Não Filho}}{\Delta \sum A}$$

Uma forma de se compreender a interação entre padrões de formação de arranjo e estoque de população na composição dos arranjos domiciliares brasileiros é analisar as modificações ocorridas nas últimas décadas a partir do núcleo (que estão relacionadas a flutuações nas taxas de união da população e influenciam a quantidade de arranjos e pessoas na posição de Não Filho), e na periferia dos arranjos (que se relacionam, principalmente, à fecundidade³ e à quantidade de Parentes), influenciando todo o numerador da equação [2] acima. Uma extensa gama de fatores pode ser tratada como causa das mudanças no padrão de união (Goldani Altmann & Wong, 1980; Goldani, 1989) ou na fecundidade (Oliveira, 1989) ocorridas no Brasil nas últimas décadas. Esta seção analisa o efeito isolado dessas modificações na mudança agregada ocorrida nos arranjos, tratando de dois tópicos: a aparente contradição

criada pelo aumento da proporção de pessoas unidas na população, concomitante à diminuição proporcional de arranjos cujo núcleo é constituído por um casal; e o impacto da queda da fecundidade sobre o tamanho dos arranjos, *vis-à-vis* outros determinantes, inclusive mudanças na quantidade de Parentes.

Mudanças no núcleo: uniões conjugais

A diminuição da proporção de pessoas vivendo em arranjos cujo núcleo é formado por um casal sugere, à primeira vista, que a fração de pessoas unidas na população deveria também estar diminuindo. Todavia, a Tabela 4 mostra que, ao longo do tempo, aumentou em 5% a proporção de pessoas em algum tipo de união conjugal, seguindo uma tendência que os censos demográficos apontam existir no Brasil desde, pelo menos, o final do século XIX. Este fato, que parece incoerente, pode estar relacionado a duas causas fundamentais: mudanças na estrutura etária da população e modificações nas taxas específicas (por idade) de união.

As uniões conjugais são usadas como um substituto da situação marital, já que apenas a PNAD 1978 possui essa informação para as pessoas de 10 ou mais anos de idade, as PNADs de 1977, 1992, 1993 e 1995, para pessoas de 15 ou mais anos, e a PNAD de 1984 a possui somente para mulheres de 15 a 54 anos. A maneira como a situação conjugal é obtida nas PNDAs, a partir da posição em relação ao Chefe dos núcleos familiares, e as vantagens desse método são descritas no Apêndice II. Uma discussão das implicações da definição de Chefe sobre a estruturação das demais posições nos arranjos nas PNADs pode ser encontrada em Medeiros & Osório (2001).

As quedas nas taxas de fecundidade, acentuadas a partir de meados da década de 1970, levaram à diminuição proporcional de pessoas abaixo das idades em que são mais frequentes as uniões (especialmente

³ O mais correto seria tratar da descendência média final. A fecundidade, no entanto, é uma medida que confere uma idéia razoável dos valores da descendência.

TABELA 4
Taxas de união* segundo idade e sexo – pessoas de 15 ou mais anos
Brasil – 1978, 1988 e 1998

	1978		1988		1998	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
15 a 19	2%	13%	2%	12%	3%	13%
20 a 24	27%	47%	25%	44%	25%	43%
25 a 29	65%	70%	60%	67%	56%	64%
30 a 34	82%	79%	79%	77%	73%	73%
35 a 39	87%	80%	87%	78%	81%	74%
40 a 44	88%	78%	89%	76%	84%	74%
45 a 49	90%	75%	89%	74%	86%	72%
50 a 54	89%	69%	88%	69%	86%	67%
55 a 59	88%	62%	88%	64%	86%	62%
60 a 64	86%	53%	85%	55%	84%	56%
65 a 69	82%	42%	83%	47%	83%	46%
70 a 74	77%	30%	78%	35%	78%	37%
75 a 79	69%	19%	72%	24%	73%	25%
80 ou mais	56%	9%	60%	13%	59%	12%
TGU	58%	45%	60%	48%	59%	47%
Total**	35%	34%	38%	37%	40%	39%

* Uniões Conjugais obtidas por posição em relação ao Chefe (Apêndice II).

** Proporção de unidos na população total (todas as idades).

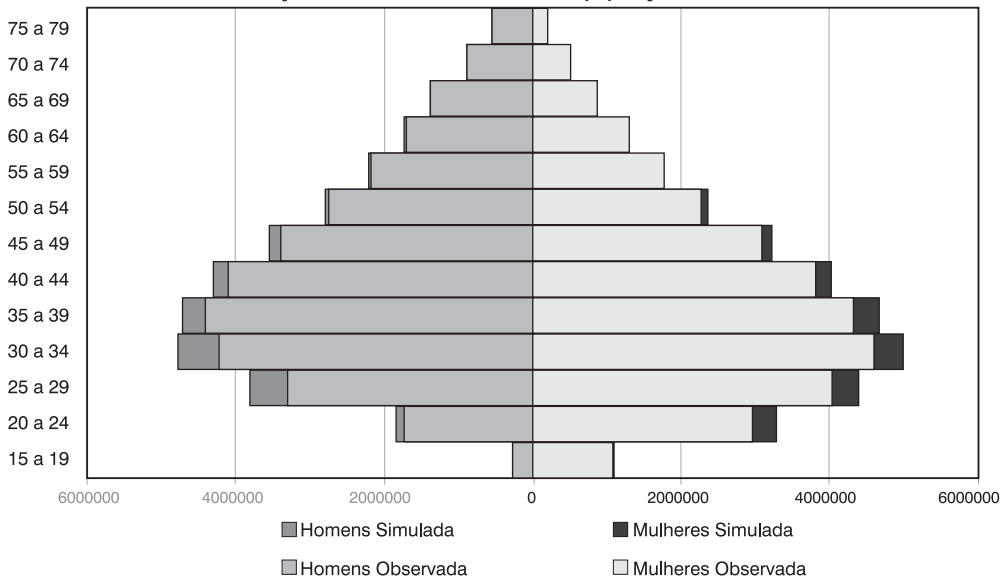
Fonte: IBGE, PNAD, Microdados 1978, 1988 e 1998.

as crianças) e ao aumento da proporção de pessoas em idades de união, contribuindo para a redução proporcional dos solteiros. Todavia, a Tabela 4 mostra que ocorre uma redução nas taxas específicas de união de homens e mulheres na faixa de idade compreendida entre 20 e 59 anos, provocando uma tendência inversa à que seria esperada como resultado do aumento proporcional dos adultos na população, caso não houvesse mudanças no padrão de uniões ao longo do tempo. A menor quantidade de uniões entre os adultos, no entanto, foi parcialmente compensada por uma maior incidência de uniões em dois grupos etários: os jovens de 15 a 19 anos e os idosos (60 anos ou mais). O aumento das taxas de união entre idosos é resultado da maior longevidade masculina e feminina, que reduz a viuvez em idades menores, e provavelmente está também relacionado ao aumento dos recasamentos entre idosos.

Para avaliar o efeito das alterações nas taxas específicas de união da população foi realizada uma simulação, que consiste em aplicar a razão de união segundo o sexo em cada grupo etário da população de 1978 na população de 1998 e, em seguida, contrastar o resultado da simulação com as informações existentes para 1998 (Apêndice II). Pode-se observar no Gráfico 1 que, se fosse mantido o mesmo padrão de uniões ao longo do tempo, a modificação na estrutura etária da população provocaria um grande aumento nas taxas gerais de união. O aumento das taxas específicas de união entre jovens e idosos não seria suficiente para contrabalançar a queda da união entre os adultos, como é possível observar nas barras da pirâmide correspondentes à população unida simulada, que ultrapassam, em quase todos os grupos etários, as barras relativas à população unida observada.⁴

⁴ Nos casos em que isto não ocorre, as barras que representam a simulação não aparecem por estarem ocultas pelas barras que correspondem às informações existentes.

GRÁFICO 1
Distribuição etária observada e simulada da população unida em 1998



Fonte: IBGE, PNAD, Microdados 1978 e 1998.

Em termos agregados, as mudanças no padrão de união ocorridas entre 1978 e 1998 provocaram uma tendência de queda na quantidade de pessoas unidas na população. As transformações na estrutura etária, porém, contrabalançaram essa tendência, fazendo com que, ao final, a proporção de pessoas unidas na população aumentasse. Sendo muito mais um efeito do envelhecimento da população, o aumento da proporção de unidos não contradiz as expectativas resultantes da maior incidência de arranjos domiciliares cujo núcleo não é formado por um casal.

Vale notar que, entre 1978 e 1998, as quedas nas taxas específicas de união, quando ocorrem, nunca ultrapassam os 10% (Tabela 4). À primeira vista, o impacto dessa queda sobre o tamanho dos arranjos pode parecer reduzido, se comparado à acentuada diminuição na fecundidade ocorrida ao longo do mesmo período, especialmente ao se considerar que apenas uma parte da diminuição das uniões tem efeito real sobre a quantidade existente de arranjos e, conseqüentemente, sobre seu tamanho médio. Todavia, cabe ressaltar que as

variações nas taxas de união incidem sobre uma base maior de população do que as variações nas taxas de fecundidade, e portanto os efeitos de composição de arranjos resultantes de modificações nos padrões de união não devem ser desprezados.

Mudanças na periferia

Fecundidade

No período analisado ocorreu um aumento da heterogeneidade dos padrões de composição de arranjos domiciliares, com maior incidência de composições de menor tamanho – como os arranjos unipessoais, monoparentais e de casais sem Filho. É razoável atribuir a explicação do comportamento do tamanho dos arranjos domiciliares nas últimas três décadas a uma nova distribuição segundo o ciclo de vida das pessoas (esperada como resultado do envelhecimento populacional) e ao aumento das separações e divórcios, ou ainda a mudanças culturais que propiciam a criação de novos arranjos. Entretanto, não

é possível deixar de considerar que a diminuição do tamanho médio dos arranjos domiciliares no período considerado pode também estar fortemente relacionada à queda das taxas de fecundidade observada ao longo das décadas de 1970 e 1980.

O efeito da queda da fecundidade no tamanho médio dos arranjos não pode ser avaliado simplesmente computando-se os diferenciais no tempo das pessoas que ocupavam as diversas posições de um arranjo. Na ótica da fecundidade, “filho” refere-se a uma condição biológica e seu aumento ou diminuição afetam o volume total da população sem necessariamente afetar a quantidade de arranjos. Na ótica da composição dos arranjos domiciliares, o termo “Filho” diz respeito a uma posição na estrutura núcleo-periferia cuja mudança quase sempre afeta a quantidade de arranjos.⁵ Assim, para analisar o efeito da diminuição da fecundidade no tamanho dos arranjos no Brasil, foi realizado um exercício de simulação baseado em uma estimativa da população brasileira assumindo taxas de fecundidade constantes no valor de 1978. Sobre a população estimada aplicou-se a estrutura de distribuição da população pelas posições nos arranjos domiciliares observada em 1998, para depois computar-se o diferencial entre o tamanho médio dos arranjos observado e simulado pela manutenção da fecundidade em patamares altos (ver Apêndice III). Por tratar-se de um exercício estático, não se está levando em consideração as interações entre fecundidade e composição dos arranjos ao longo do tempo⁶ e, conseqüentemente, os resultados da simulação devem ser tratados como uma indicação aproximada do impacto da queda da fecundidade no tamanho dos arranjos.

Os resultados do exercício indicam que, sem a queda da fecundidade, a população brasileira deveria ter, em 1998, cerca de 26,8 milhões de pessoas de 0 a 19 anos de

idade a mais na condição de não-unidos (95% na posição Filho) do que o observado, o que implicaria um tamanho médio simulado de cerca de 4,36 pessoas por arranjo, cerca de 0,56 pessoas maior do que os 3,72 observados em 1998. Algo em torno de 55% da diminuição do tamanho médio dos arranjos domiciliares em 1,16 pessoas ocorrida entre fins da década de 1970 e fins da década de 1990 poderia, portanto, ser atribuído à fecundidade, enquanto a variação restante deve estar relacionada, principalmente, a mudanças nos padrões de união e modificações na estrutura etária da população.

Utilizando uma metodologia baseada na aplicação do modelo de Bongaarts a dados do suplemento da PNAD 1984, Goldani (1989, p. 142) compara duas coortes de mulheres⁷ que concentraram seus anos reprodutivos antes e depois de 1965 e chega a resultados que nos permitem inferir que, desde a década de 1960, a fecundidade vem sendo um dos principais responsáveis pela diminuição do tamanho dos arranjos de mais de uma pessoa sem Parentes ou Não Parentes no Brasil (59% da queda entre as duas coortes tratadas por Goldani). Lamentavelmente, essa metodologia não pôde ser aplicada a dados mais recentes, já que o levantamento realizado pelo suplemento da PNAD 1984 utilizado no estudo de Goldani não se repetiu na década de 1990. É de se esperar que, à medida que as taxas de fecundidade se tornem mais baixas, sua importância na determinação dos arranjos passe a ser cada vez menor, se as mudanças em seus padrões de formação continuarem a ocorrer de forma similar à atual.

Além da menor diferenciação de tamanho *entre* os diferentes tipos de arranjo, é possível observar também uma menor diferenciação de tamanho *dentro* dos tipos de arranjo. A variação no número de membros de um mesmo tipo de arranjo vem

⁵ A principal exceção seriam os casos de mudança de posição por destruição do núcleo (ex. morte dos pais).

⁶ Sobre as interações entre fecundidade e composição dos arranjos no Brasil, ver Goldani Altmann & Wong (1980) e Goldani (1989).

⁷ Essas coortes referem-se a mulheres de 15 a 50 anos que se encontram em arranjos com filhos e sem parentes ou agregados, ou seja, *nuclear families* na terminologia utilizada por Goldani (1989, pp. 77, 117 e 142).

também se tornando cada vez menor, fato que pode estar relacionado não somente à queda nas taxas de fecundidade, mas também às mudanças no regime de parturições entre coortes, destacadas nos estudos de Camarano *et al.* (1999) e Cavenaghi & Goldani (1993). Apesar do aumento de arranjos e de Filhos ao longo do tempo, houve, mesmo em termos absolutos, uma redução radical do número de Filhos, Membros e Outros Parentes em arranjos maiores.

Outros Parentes e Não Parentes

Se a diminuição do número de filhos e o aumento da proporção de arranjos monoparentais e unipessoais levaram à diminuição do tamanho dos arranjos, flutuações no número de pessoas nas posições Outro Parente, Agregado, Pensionista, Empregado e Parente de Empregado parecem não ter nenhum efeito significativo nesse sentido. Evidentemente, no caso dos Não Parentes, isso pode ser atribuído à pequena proporção de arranjos onde há essas categorias de membros. Porém, mesmo que essa proporção fosse um pouco mais elevada, como é o caso de Outro Parente – que, depois de Filho, é o tipo mais comum de periferia dos arranjos –, o efeito desse crescimento sobre o tamanho dos arranjos pode ser tanto de aumento quanto de redução, mas, de qualquer forma, deve ser de pouca intensidade. A Tabela 3 mostra que, em quase todos os tipos de arranjos, o número médio de pessoas na situação Outro Parente é mantido estável ao longo do tempo, e a Tabela 1 indica que a proporção de pessoas nessa posição cresceu apenas cerca de 1,4% entre 1978 e 1998. Portanto, o ocorrido na posição Outro Parente contribuiria pouco para explicar as variações verificadas no tamanho dos arranjos.

Conclusões

Pelo menos dois tipos de mudança na composição dos arranjos domiciliares no Brasil ocorridos entre 1978 e 1998 merecem destaque: as referentes à composição do núcleo e da periferia dos arranjos e as

que dizem respeito a seu tamanho. No período analisado, aumenta a heterogeneidade dos tipos de núcleo dos arranjos. O modelo de arranjo predominante é ainda o de casal com filhos, mas é possível observar uma contínua redução da importância relativa dos arranjos cujo núcleo é formado por casal, em função, principalmente, da maior proporção de arranjos de núcleo formado por uma mulher sem cônjuge, com filhos e sem parentes. Ainda que crescente, a proporção de arranjos de núcleo simples sem filhos, inclusive os unipessoais de homens ou mulheres, não alcança um terço do total. O monoparentalismo, por sua vez, é predominantemente feminino.

Apesar da diminuição da prevalência do modelo de arranjo baseado em um casal, vem aumentando a proporção de pessoas unidas na população. Esse aumento se deve a dois fatores: um leve crescimento das taxas de união entre jovens e idosos e, principalmente, mudanças na estrutura etária da população. Com a queda da fecundidade, a proporção de crianças na população é reduzida e, portanto, aumenta a fração de pessoas em idade de união na população, fato que se manifesta em aumento do percentual de pessoas unidas na população total, mesmo ocorrendo uma diminuição nas taxas específicas de união de adultos.

O tamanho dos arranjos no Brasil vem diminuindo ao longo do tempo. Entre 1978 e 1998 o número médio de membros cai para todos os tipos de arranjos domiciliares, especialmente entre os arranjos de casais com filhos. Os casais têm, em média, mais filhos vivendo no domicílio do que as mulheres ou homens sem Cônjuge. Estes, aliás, têm tamanhos de arranjo aproximadamente iguais, exceto no caso da existência de Outro Parente, onde, na média, os arranjos de núcleo simples masculino são levemente maiores. Entretanto, a tendência de os arranjos de núcleo simples masculino distinguirem-se dos arranjos de núcleo simples feminino pela presença de Outro Parente ou Não Parentes está desaparecendo. Os arranjos constituídos por homens ou mulheres sem Cônjuge, Filho

ou Outro Parente estão perdendo Não Parentes e convergindo para modelos de arranjos unipessoais. Esses acontecimentos indicam que a diversidade entre os arranjos domiciliares está localizada na composição do núcleo, e não na periferia dos arranjos.

A diminuição do tamanho médio dos arranjos pode ser atribuída a vários fatores, entre os quais dois merecem destaque. O primeiro está relacionado ao aumento do número de arranjos, que pode, por exemplo, ser relacionado a separações, filhos que passam a viver em seu próprio domicílio, ou idosos que cada vez menos se agregam a outros núcleos familiares em seu envelhecimento. O segundo, e mais importante, é a acentuada queda da fecundidade observada no Brasil nas últimas décadas. Cerca de metade da diminuição do tamanho médio dos arranjos

domiciliares no Brasil deve ser atribuída a um menor número de filhos tidos pelas mulheres e, por conseguinte, a uma menor quantidade de pessoas disponíveis na população para potencialmente ocuparem a posição Filho nos arranjos. Se a fecundidade se mantiver em patamares relativamente estáveis nos próximos anos, eventuais modificações futuras no tamanho dos arranjos deverão, cada vez mais, se dar em função de efeitos de composição, como os que determinam separações ou a constituição de novos arranjos. Modificações nos números médios de Outro Parente ou Não Parentes não parecem ter nenhum efeito significativo sobre o tamanho dos arranjos, seja porque a proporção de arranjos com esse tipo de periferia é reduzida, seja porque as proporções de pessoas nessas posições têm variado pouco no tempo.

Referências bibliográficas

ARRIAGADA, Irma. "Famílias latinoamericanas: convergências y divergências de modelos y políticas". *Revista de la Cepal*, Santiago, n. 65, agosto, 1998.

ATTEWELL, Paul. "The impact of family on job displacement and recovery". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Thousand Oaks, vol. 562, março, 1999, pp. 66-82.

BRUSCHINI, Cristina. "Uma abordagem sociológica de família". *Revista Brasileira de Estudos de População*, ABEP, vol. 6, n. 1, jan.-jun., 1989, pp. 1-23.

BRUSCHINI, Cristina & LOMBARDI, Maria Rosa. "O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de 90". *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, vol. 1, 1996, pp. 483-516.

CAMARANO, A., ELLERY, H. & CARNEIRO, I. "Tendências da fecundidade brasileira no século XX: uma visão regional". In: K. Giffin & S. Costa (orgs.), *Questões de saúde reprodutiva*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1999.

CAVENAGHI, Suzana M. & GOLDANI, Ana Maria. "Fecundidade e família: o tamanho das famílias das mulheres e das crianças no Brasil". *Revista Brasileira de Estudos de População*, ABEP, vol. 10, ns. 1/2, jan.-jun., 1993, pp. 1-23.

CONNELLY, Rachel, DEGRAFF, Deborah S. & LEVISON, Deborah. "Women's employment and child care in Brazil". *Economic Development and Cultural Change*, vol. 44, April, 1996, pp. 619-656.

COSTA, Iraci Del Nero, NOZOE, Nelson Hideiki & PORTO, Cornélia N. "Estrutura das famílias e dos domicílios no Brasil: mudanças quantitativas e linhas de convergência". *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 17, n. 3, set.-dez., 1987, pp. 367-403.

COUCH, Kenneth A., DALY, Mary C. & WOLF, Douglas A. "Time? Money? Both? The allocation of resources to older parents". *Demography*, Washington, vol. 36, n. 2, May, 1999, pp. 219-232.

DE VOS, Susan. "Comment of coding marital status in Latin America". *Journal of*

Comparative Family Studies, Calgary, vol. 30, n. 1, Winter, 1999, pp. 79-93.

ECLAC (CEPAL). *Family and future: a regional programme in Latin America and the Caribbean*. Santiago, Chile, ECLAC/UN, 1995.

GOLDANI ALTMANN, Ana Maria. "A demografia formal da família: técnicas e dados censitários". *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, vol. 3, 1984a, pp. 1.257-1.296.

_____. "A informação de família nos censos demográficos". In: IBGE, *Censos, consensos e contra-sensos: III Seminário Metodológico sobre o Censo Demográfico*, Ouro Preto, junho, 1984b.

_____. *Women's transitions: the intersection of female life course, family and demographic transition in twentieth century Brazil*. Tese de doutoramento. Graduate School of the University of Texas at Austin, May, 1989.

GOLDANI ALTMANN, Ana Maria & WONG, Laura Rodrigues. "Padrões e tendências da nupcialidade no Brasil". *Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, vol. 1, 1980, pp. 343-415.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – microdados*. 1976-1998.

_____. *Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios na década de 70*. Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

_____. *Manual de entrevista – corpo básico. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1988*. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

_____. *Censo Demográfico 1991 – microdados*.

_____. *Manual de entrevista da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1998*. Rio de Janeiro, IBGE, 1998.

JAN, O. & GAHLER, Michael. "Family dissolution, family reconstitution, and children's educational careers: recent evidence for Sweden". *Demography*, Washington, vol. 34, n. 2, May, 1997, pp. 277-293.

LAZO, Aída C.G.V. "Avaliação das histórias de uniões do Suplemento de Fecundidade da PNAD-84 do Estado de São Paulo". In: Diana O. Sawyer (org.), *PNADs em foco: anos 80*, Belo Horizonte, ABEP, 1988, pp. 251-275.

LOPEZ, Juarez Brandão & GOTTSCHALK, Andréa. "Recessão, pobreza e família: a década pior do que perdida". *São Paulo em Perspectiva*, 4(1), jan.-mar., 1990, pp. 100-109.

LOPES, Valdecir F. "La familia en el Brasil, segun el Censo de Población de 1960". In: Thomas K. Burch, Luis F. Lira & V. Lopes (eds.), *La familia como unidad de estudio demográfico*, San José, Costa Rica, Celade, 1976.

MEDEIROS, Marcelo & OSÓRIO, Rafael. *Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998*. TD788. Brasília, IPEA, 2001.

OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. "Trabalho, família e condição feminina: considerações sobre a demanda por filhos". *Revista Brasileira de Estudos de População*, ABEP, vol. 6, n. 1, jan.-jun., 1989, pp. 25-33.

RIOS-NETO, Eduardo L.G. "O impacto das crianças sobre a participação feminina na PEA: o caso das mulheres casadas urbanas". *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, vol. 1, 1996, pp. 517-534.

SALEM, Tânia. "Família em camadas médias: uma revisão da literatura recente". *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, n. 54, outubro de 1985.

Apêndice I

Equivalência das categorias através das PNADs

1978	1981-1990	1992-1998
Chefe	Chefe	Pessoa Referência
Cônjuge	Cônjuge	Cônjuge
Filho/Enteado	Filho	Filho
Filho Adotivo	Filho	Filho
Pais / Sogros	Outro Parente	Outro Parente
Genro / Nora	Outro Parente	Outro Parente
Neto	Outro Parente	Outro Parente
Avô	Outro Parente	Outro Parente
Irmão	Outro Parente	Outro Parente
Cunhado	Outro Parente	Outro Parente
Primo	Outro Parente	Outro Parente
Tio	Outro Parente	Outro Parente
Sobrinho	Outro Parente	Outro Parente
Agregado	Agregado	Agregado
Pensionista/ Hóspede	Pensionista/ Hóspede	Pensionista/ Hóspede
Empregado Doméstico	Empregado Doméstico	Empregado Doméstico
Empregado Doméstico	Parente de Empregado Doméstico	Parente de Empregado Doméstico

*Foi ignorada a condição de presença em 1978.

Apêndice II

Mudanças nas taxas de união

Para avaliar o efeito de modificações nas taxas específicas de união na população, foi realizada uma simulação onde se aplica a razão de união segundo o sexo em cada grupo etário da população de 1978 na população de 1998 e, em seguida, contrastou-se o resultado da simulação às informações existentes para 1998.

A situação conjugal da pessoa de referência no arranjo foi utilizada como *proxy* no cálculo das taxas de união. Essa forma de cálculo, que é a única aplicável a muitas das PNADs, é uma boa aproximação dos resultados obtidos a partir de perguntas de situação marital. Apenas as PNADs de 1977, 1978, 1984, 1992, 1993 e 1995 possuem informações sobre a situação marital das pessoas.

Os dados sobre situação marital possuem algumas limitações que são contornadas pelo método de uso da situação conjugal como *proxy* das uniões.

A primeira delas refere-se aos limites de idade usados na coleta de dados. Apenas a situação marital das pessoas de 15 ou mais anos é considerada pelas PNADs de 1977, 1984, 1992, 1993 e 1995. A PNAD de 1978 registra a informação para pessoas com dez ou mais anos e na de 1984, além do limite inferior de 15 anos, há também um limite superior de idade, 54 anos. Este limite superior faz com que sejam excluídas as informações de aproximadamente 3,5 milhões de mulheres unidas. A segunda refere-se ao fato de a PNAD 1984 captar apenas as informações referentes à situação marital de mulheres. Nesta PNAD há, ainda, casos de mulheres que residiam em um domicílio na condição de cônjuge mas as informações sobre sua situação marital as classificavam como solteiras.

A variável de situação conjugal criada tem a vantagem de ser capaz de apreender as uniões de pessoas tanto acima quanto abaixo dos limites de idade, e captar a situação de pessoas de ambos os sexos em todos os anos em que PNADs foram realizadas. A Tabela I mostra, nas

TABELA I
Diferença das estimativas de população unida segundo a situação conjugal obtida por proxy e a situação marital –
Brasil – 1977, 1978, 1984, 1992, 1993 e 1995

Ano*	Homens	Mulheres
1977	-0,70%	-1,10%
1978	-0,90%	-1,30%
1984	-	-0,10%
1992	-0,40%	-0,40%
1993	-0,50%	-0,50%
1995	-0,50%	-0,50%

* Somente pessoas nos grupos de idade e sexo para quem a situação marital foi coletada em cada ano.

Fonte: Tabulação Especial IPEA, a partir de IBGE, PNAD, Microdados 1977, 1978, 1984, 1992, 1993 e 1995.

populações pertinentes, que as diferenças entre a situação conjugal obtida por proxy e a situação marital obtida por perguntas são muito pequenas e, portanto, irrelevantes para os propósitos da simulação.

As taxas específicas de união (μ_a^s) em [1] foram calculadas para sexo (s) e grupos quinquenais (a) de idade através da razão entre o número de pessoas na condição de Cônjuge ou Pessoa de Referência ou Chefe com Cônjuge (M) e o total de pessoas em qualquer posição nos arranjos domiciliares (P).

$$[1] \quad \mu_a^s = \frac{M_a^s}{P_a^s} \times 100$$

A simulação consiste em, hipoteticamente, unir as pessoas de cada grupo etário de 1998 na proporção em que pessoas de mesmas idades em 1978 se uniriam. Isso é feito em [2], multiplicando-se a população estimada dos grupos etários da PNAD 1998 (P_{98a}^s) pelas taxas específicas de união de 1978.

$$[2] \quad M_{98}^* = P_{98a}^s \times \mu_{78a}^s$$

Em seguida, compara-se a situação hipotética (M_{98}^*) à situação observada em 1998 (M_{98}), na forma abaixo [3], para se obter as variações causadas por mudanças nas taxas de união.

$$[3] \quad \Delta_{M-M^*} = \frac{M_{98}^* - M_{98}}{M_{98}}$$

Essa comparação permite realizar inferências sobre o papel das uniões no tamanho dos arranjos domiciliares.

Apêndice III

Análise do efeito da fecundidade sobre o tamanho dos arranjos

A análise do efeito da diminuição da fecundidade na queda do tamanho dos arranjos no Brasil se baseia em um exercício que consiste em estimar, para 1998, novas quantidades de pessoas nas diferentes posições em relação ao Chefe, simulando que não ocorreram mudanças nas taxas de fecundidade a partir de 1978.

Para tanto, realizou-se uma estimativa da população brasileira para 1998 (P_{98}^*) assumindo taxas de fecundidade constantes a partir de 1978. A estimativa de P_{98}^* consiste em partir da população estimada pela PNAD 1978 e acrescentar a ela o aumento líquido de população resultante das perdas por mortalidade, considerada variável no período, e dos ganhos por fecundidade, mantida constante. Para tanto, assumiu-se uma população fechada com mortalidade equivalente à das tábuas de mortalidade da população urbana segundo o sexo calculadas pelo IPEA e com as taxas específicas de fecundidade abaixo.

Sobre a fração relevante de P_{98}^* (o acréscimo de população limita-se a pessoas com menos de 20 anos) aplicou-se a estrutura de distribuição da população segundo posições nos arranjos domiciliares

TABELA II
Taxas específicas de fecundidade simuladas

Idade	TEF (Fecundidades Constantes)			
	1978	1983	1988	1993
15 – 19	0,08	0,08	0,08	0,08
20 – 24	0,21	0,21	0,21	0,21
25 – 29	0,23	0,23	0,23	0,23
30 – 34	0,17	0,17	0,17	0,17
35 – 39	0,12	0,12	0,12	0,12
40 – 44	0,05	0,05	0,05	0,05
45 – 49	0,01	0,01	0,01	0,01
TOTAL	4,36	4,36	4,36	4,36

Fonte: IPEA, estimativas DISOC.

TABELA III
Proporção da população segundo idade e posição no arranjo – Brasil – 1998

Posição no Arranjo	Idade				
	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos
Pessoa de referência	0%	0%	0%	2%	14%
Cônjuge	0%	0%	0%	5%	19%
Filho	79%	85%	89%	84%	57%
Outro Parente	20%	13%	10%	11%	11%
Agregado	0%	0%	0%	1%	1%
Pensionista	0%	0%	0%	0%	0%
Empregado	0%	0%	0%	1%	1%
Parente de empregado	0%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Tabulação Especial IPEA, a partir de IBGE, PNAD, Microdados 1998.

observada em 1998, que se encontra na tabela acima.

A partir dessa distribuição estimou-se o número simulado de arranjos (A^*), assumindo que a distribuição por arranjos do acréscimo líquido na população em posições no núcleo se aproximaria da observada em 1998 e, portanto, 80% do acréscimo seria devido a núcleos formados por casal e 20% a núcleos formados por pessoas não-unidas.

Em seguida [1], calculou-se o tamanho médio simulado dos arranjos (T^*)

$$[1] \quad T^* = \frac{P^*}{A^*}$$

para depois computar-se o diferencial entre o tamanho médio dos arranjos observado

(T) e simulado (T^*) pela manutenção da fecundidade em patamares altos. A variação devida à fecundidade (ΔFec) é dada por [2]

$$[2] \quad \Delta Fec = \frac{T_{98}^* - T_{98}}{T_{98} - T_{78}}$$

Por se tratar de um exercício estático (equilíbrio parcial), não se está levando em consideração as interações entre fecundidade e composição dos arranjos ao longo do tempo* e, portanto, os resultados da simulação devem ser tratados como uma indicação aproximada dos impactos da queda da fecundidade no tamanho dos arranjos.

* Sobre as interações entre fecundidade e composição dos arranjos no Brasil, ver Goldani Altmann & Wong (1980) e Goldani (1989).

Abstract

The article examines changes on characteristics of Brazilian household arrangements between 1978 and 1998 from a demographic perspective. It stresses two main shifts regarding the composition of the nucleus and the periphery of arrangements, and the alteration on its group size. The role of fertility and standards of conjugality are also examined in respect to these changes. Therefore, household arrangements become rather heterogeneous, although the changing age structure of population is leading to reductions on their sizes.